



2.25 • A dimensão externa da segurança interna

A AMEAÇA ISLAMISTA SOBRE PORTUGAL

Daniel Martins

NO FINAL DO SÉCULO XX, o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) circunscreveu aquilo a que alguns académicos apelidaram o “fim da história”. Para proeminentes intelectuais como Francis Fukuyama ou, numa interpretação semelhante, Alexandre Kojève, o fim do comunismo soviético representava a vitória definitiva da ideologia capitalista do “mundo ocidental”, dos seus “princípios liberais”, do “mercado livre” e da “democracia pluralista”. Mas as perspectivas de uma paz universal tal como idealizada por Kant goraram, definitivamente, com o impacto dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA).

Fundamentalismo religioso islâmico

Ao contrário do que foi apregoado nos séculos XIX e XX pelas teorias secularistas, o desenvolvimento tecnológico da modernidade não confinou a fé e a religião a um papel subserviente perante o racionalismo científico. Pelo contrário, os ataques às torres gémeas do World Trade Center figuram como uma representação icónica do mais flagrante e fervoroso fundamentalismo religioso mundial¹, que se soube politizar e transformar num movimento universal e diversificado. Os ataques representariam o início de uma ampla ofensiva militar, cultural e política por parte de uma ideologia totalitária dedicada à recriação de uma ordem mundial há muito perdida. A este acontecimento, prontamente reivindicado pelas lideranças do grupo al-Qaeda (AQ), seguir-se-iam múltiplos ataques um pouco por todo o mundo, comprovando a “interdependência complexa” existente entre grupos e indivíduos, espalhados pelo mundo, mas directa ou indirectamente relacionados entre si e dedicados a uma retórica que seria consecutivamente replicada: o regresso à pureza e glória da época de ouro do Islão (séculos VIII e IX), o restabelecimento do Califado e a regência do mundo pelos ideais islâmicos. Anunciava-se uma *jihad* global, uma obrigação que se manteria um “dever individual até à libertação do último pedaço de território que esteve sob poder muçulmano, mas que foi ocupado pelos descrentes”² (Azzam, 2001: 25). Ainda que aparentemente Portugal possa não possuir a importância e visibilidade internacionais de outros declarados “inimigos do Islão” como os EUA, Inglaterra ou França, o escopo e a mentalidade do Islamismo deixam antever uma perigosidade iminente.

A weltanschauung islamista

Hodiernamente, com o terror e o pânico que os contínuos ataques terroristas perpetrados em nome do Islão têm vindo a produzir, associados ao receio de uma incompatibilidade cultural da migração em massa de milhões de muçulmanos

provenientes dos países do Médio Oriente e Norte de África para a Europa, torna-se cada vez mais imperativo delimitar conceptualmente islamistas de muçulmanos por forma a evitar generalizações prejudiciais à definição de estratégias públicas e políticas conscientes e eficazes.

Desde os ataques de Nova Iorque que as percepções do mundo ocidental dos conceitos de religião e de política no Islão têm vindo a divergir entre dois extremos opostos. Por um lado, os islamofóbicos: corrente do pensamento que atribui estes actos a indivíduos tresloucados e divergentes da cultura e da crença islâmica; e, por outro lado, os islamofóbicos: aqueles que interligaram estes ataques a subprodutos da religião islâmica, vista como um inimigo directo à liberdade e à segurança das sociedades abertas do Ocidente. Tal como em tantas outras situações, são os conflitos mal resolvidos da História que acabam por ditar o rumo dos acontecimentos, e isso é particularmente verdade no caso do mundo islâmico.

“
À semelhança de Espanha, Portugal também faz parte das “redes de suporte do Jihadismo”, as quais se dedicam a recolher fundos, material e passaportes falsos.
 ”

À intromissão política, económica e cultural do mundo ocidental, e à ineficácia das respostas seculares e nacionalistas aos problemas do mundo islâmico, ambos factores determinantes para a génese do fundamentalismo islâmico, ideólogos e grupos islamistas advogaram a necessidade de recolocar a lei e os valores islâmicos como parâmetros para a moralidade individual e colectiva da sociedade, recriar o *Nizam-al-Islam* (Ordem Islâmica), e por fim a remodelação e conversão do mundo à imagem de Alá. Num momento de crise identitária, “não foi só a religião que se politizou, o oposto também foi verdade: as políticas também se converteram em assuntos religiosos. Diferenças sociais foram fundidas em termos religiosos, e a luta política tornou-se pessoal e espiritual” (Juergensmeyer 2007: 23).

O Islamismo é global em todas as suas pretensões, é “*din wa-dunya wa-dawla*”, isto é, religião, sociedade e Estado (Samir 2001 [2003] in Fernandes, 2006: 26). Os islamistas são “todos aqueles que procuram islamizar o ambiente em que se encontram, seja ele de cariz social, político ou

económico” (Sfeir, 2007: 170). Ao contrário de um muçulmano para quem o Islão é uma fé, para o islamista trata-se de uma ordem religiosa e política, com carácter obrigatório e superior a todas as restantes crenças ou ideologias. O Islamismo é uma “ideologia religiosa com uma interpretação holística do Islão cujo objectivo final é a conquista do mundo por qualquer meio” (Mozaffari, 2007: 21). Qualquer que seja o termo que lhe apliquemos, o Islamismo não é mais do que a versão islâmica do fundamentalismo religioso. A sua missão é a islamização do mundo, mas os seus actores dividem-se quanto aos meios a empregar para atingir os seus fins.

A maioria dos académicos mais conceituados na temática (Bernard Lewis, Bassam Tibi, Mendo Mozaffari, International Crisis Group, Marquardt e Heffelfinger) divide o movimento entre aqueles que usam de forma declarada a violência (*qitâl*) para a prossecução dos seus objectivos – Jihadismo – e aqueles que não recorrendo a actos violentos (pelo menos abertamente) prosseguem a reivindicação política dentro das normas institucionais – Islamismo político – ou aqueles que se dedicam por inteiro, ou maioritariamente, à difusão da fé, promovendo o proselitismo religioso islâmico – o Islamismo missionário. Estes conceitos não são estanques, existindo diversos indivíduos ou organizações cuja estratégia se actualizará consoante a situação e o local onde estejam a operar.

Erradamente, alguns intelectuais referem-se aos jihadistas como “radicais” e aos islamistas políticos e missionários como “moderados”. Grupos ligados à Irmandade Muçulmana (IM), ao Hizb ut-Tahrir ou ao Tablighi Jama’at, ou ideólogos como Anjem Choudary, Tariq Ramadan, Abu Hamza, Abu Qatada ou Yusuf Qaradawi, têm sido determinantes para a instigação à rejeição dos valores e princípios das sociedades europeias pelos jovens muçulmanos das diásporas europeias. Em locais tão distintos como mesquitas, escolas, universidades, estes jovens são influenciados a radicalizar-se nas fileiras de grupos jihadistas.

No que diz respeito à acção no Velho Continente, os grupos jihadistas souberam adaptar-se às novas realidades sociais e aproveitar as vantagens dos novos sistemas de tecnologia e de comunicação, adoptando estruturas organizacionais horizontais de células com um grau variado de conexão entre si, numa lógica de “redes sem escala”, melhor perceptível aplicando a teoria de redes sociais. Aos ataques organizados e controlados directamente pelas cadeias de comando de grupos centrais ou afiliados de grupos como a AQ, a acção jihadista deu prevalência à estratégia de “terrorismo individual” concebida por Abu Musab al-Suri.



O Califado do EI

JOHN HALL (2014).

Em ambientes hostis como a Europa, os jihadistas empreenderam pela acção de pequenos grupos ou células, com pouca ou nenhuma ligação formal às cadeias de comando, substituindo método e centralização por amplitude e imprevisibilidade de acção. Por outras palavras, a estratégia jihadista veio privilegiar um “centro de gravidade ideológico”, em que jovens europeus, muitas das vezes sem qualquer relação entre si, mediante uma inspiração ideológica facilmente acessível na internet, reproduzem actos terroristas em nome da causa jihadista. Esta *open source* ideológica foi o complemento indispensável à intervenção dos políticos e “líderes de oração” (*a’imma*) islamistas na criação do *homegrown terrorism* europeu, um fenómeno caracterizado pela acção de células anónimas – os chamados “lobos solitários” – na concretização de atentados terroristas na Europa, e na estimulação dos *foreign fighters* – muçulmanos que se juntam a palcos da *jihad* internacional como a que se desenvolve em Caxemira, na Chechénia, na Síria ou no Afeganistão e que, terminada a sua contribuição, poderão regressar ao país europeu de origem na qualidade de um veterano jihadista.

O al-Ándalus no âmago islamista

Ainda que a relativamente pequena comunidade islâmica em Portugal aparente encontrar-se integrada na sociedade portuguesa, a definição de inimigo na ideologia islamista, a inclusão do al-Ándalus nos planos de expansão ideológica, bem como o registo de actividade islamista em solo nacional deixam transparecer um estado de arte semelhante à restante realidade da Europa Ocidental.

No que toca ao discurso islamista, desde Abdullah Azzam a al-Baghdadi, e passando pela AQ e respectiva filial no Norte de África, que o território que agora compreende Espanha e Portugal foi sempre encarado como alvo e, acima de tudo, enquanto terra islâmica por direito próprio. Nas últimas referências ao al-Ándalus, em 2006³ e 2007⁴, al-Zawahiri declarava a sua inclusão nos planos jihadistas, e que os muçulmanos não deveriam descansar até que todas as terras compreendidas entre o al-Ándalus e o Iraque fossem libertadas. Da mesma forma, entre 2014 e 2016, também o porta-voz do EI,

Abu Mohammed al-Adnani, e *foreign fighters* portugueses como Steve Duarte incluíram o al-Ándalus num mapa do “Califado universal” a atingir num prazo de cinco anos.

À semelhança de Espanha, Portugal também faz parte das “redes de suporte do Jihadismo”, as quais se dedicam a recolher fundos, material e passaportes falsos para a actividade operacional de células espalhadas por todo o mundo. Em finais de 2001, o Serviço de Informações de Segurança (SIS) e a Polícia Judiciária (PJ) obtiveram acesso à informação dos serviços secretos espanhóis e americanos relativamente a Eddin Yarkas. Pelo material que foi recolhido, Yarkas teria o contacto de vários norte-africanos residentes em Portugal, a sua maioria na urbe lisboeta⁵ (Vegar, 2007: 177). Em 2008, em plena sede de audiência, jihadistas de uma célula desmantelada em Barcelona e com ligações ao Tablighi Jama’at, afirmaram que depois de consumado o ataque em Barcelona, Bélgica, Portugal e Reino Unido seriam os seus próximos alvos (Reinares, 2010). Concomitantemente, e tal como outros países europeus, cada vez mais jihadistas são forjados em Portugal e, através de Londres ou Espanha, redireccionados para participar na *jihad* internacional. Só na Síria estima-se que esteja mais de uma dezena de *foreign fighters* portugueses, alguns com funções de destaque na hierarquia do EI como é o caso da “célula de Leyton” (Franco, 2018; Rasi, 2018: 70-71).

Num mundo globalizado e interdependente, estes acontecimentos dão-nos uma percepção de que a Europa se tornou uma verdadeira “linha da frente” em que velhas e novas representações islamistas entram em conflito ideológico com aquilo que consideram ser um mundo infiel (*takfir*), apóstata, uma época de ignorância (*jailiyya*) cuja única solução reside no “retorno à idade de ouro do Islão”. Apesar de não conseguirmos encontrar uma frente única, homogénea e unida no mundo islâmico, a teoria de Samuel Huntington (2009) parece ter-se provado correcta quando previu que o plano religioso voltaria à cena internacional e que o Islão representaria a maior ameaça à civilização ocidental. E Portugal, parte integrante do nostálgico al-Ándalus, é um território a considerar para a agenda do Islamismo. ■

Notas

¹ Relativamente ao advento do fundamentalismo religioso aconselha-se a leitura do *Fundamentalism Project*, um conjunto de cinco volumes desenvolvidos sob a coordenação de Martin Marty e R. Scott Appleby, e onde se identificam os principais focos de reinterpretação de textos religiosos como respostas às exigências e mudanças de paradigmas na Idade Moderna.

² Recorde-se que a Península Ibérica, ou al-Ándalus como foi designada durante o domínio muçulmano, foi território islâmico (excepto as Astúrias, e perdendo gradualmente ao longo da Reconquista Cristã) desde o ano 711 d. C. até 1492 d. C., na queda do reino de Granada às mãos dos Reis Católicos Fernando e Isabel.

³ Consulte-se Nuno Ribeiro (2007), “Começa hoje o julgamento dos atentados de 11 de Março em Madrid”.

⁴ Vide *The Meir Amit Intelligence and Terrorism Information Center* (2011), p. 19.

⁵ Líder máximo da AQ em Espanha (quijá em toda a Península Ibérica), tinha ligações com as outras grandes células em território europeu. A célula “espanhola” focava-se nas actividades de recrutamento, financiamento e apoio técnico a outras células. Mohammed Zouaydi e Said Chedadi, ambos ilustres responsáveis pelo financiamento e recrutamento da AQ, na Europa, passaram por Portugal antes do 11 de Setembro. Delower Hossain, um dos representantes da AQ veio ao nosso país em 2004 e reuniu-se com as comunidades de Lisboa, Odivelas e Palmela (Torres, 2009: 83; 85).

Referências

- AZZAM, Abdullah (2001). *Join the Caravan*. Londres: Azzam Publications.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (2008). *On War*. 7 (J. J. Graham, trad.). Londres: Atlantic, pp. 428-432.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira (2006). *Islamismo e Multiculturalismo. As Ideologias após o Fim da História*. Coimbra: Almedina.
- FRANCO, Hugo e MOLEIRO, Raquel (2018). *The Small but Influential Group of Portuguese Jihadists*. Obtido a 10 de Março de 2018, de European Eye on Radicalization: <https://eeradicalization.com>.
- HALL, John (2014). *The ISIS map of the world: Militants outline chilling five-year plan for global domination as they declare formation of caliphate – and change their name to the Islamic State*. Obtido a 14 de Maio de 2018, de DailyMail: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2674736/ISIS-militants-declare-formation-caliphate-Syria-Iraq-demand-Muslims-world-swear-allegiance.html>.
- HELFFSTEIN, Scott e WRIGHT, Dominick (2011). “Success, Lethality, and Cell Structure across the Dimensions of al-Qaeda”. *Studies in Conflict & Terrorism*, 34 (11). Combating Terrorism Center-United States Military Academy West Point-Nova Iorque: Routledge, pp. 367-382.
- JUERGENSMEYER, Mark (2007). “From Bhindranwale to bin Laden: a Search for Understanding Religious Violence”. In Elizabeth Cady Linell e Simon Sheldon W., *Religion and Conflict in South and Southeast Asia* (pp. 21-30). Londres: Routledge.
- LIA, Brynjar (2006). “Abu Mus’ab al-Suri: Profile of a Jihadist Leader”. *Joint FFI/King’s College Conference – “The Changing Faces of Jihadism”*, Londres, 18 de Abril.
- MOZAFFARI, Mehdi (2007). “What is Islamism? History and Definition of a Concept”. *Totalitarian Movements and Political Religions*, 8 (1), pp. 17-33.
- REINARES, Fernando (2010). “The Madrid Bombings and GlobalJihadism”. *Survival*, 52 (2), pp. 83-104.
- RIBEIRO, Nuno (2007). “Começa hoje o julgamento dos atentados de 11 de Março em Madrid”. *Público*, 15 de Fevereiro. Obtido a 16 de Abril de 2018, de *Público*: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/comeca-hoje-o-julgamento-dos-atentados-de-11-de-marco-em-madrid1285752>.
- SFEIR, Antoine (2007). *The Columbia World Dictionary of Islamism* (trad. de John King). Nova Iorque: Columbia University Press.
- TORRES, José (2009). *Terrorismo Islâmico. Gestão de Riscos para a Segurança Nacional*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- VEGAR, José (2007). “O Encaixe das Rodas Dentadas. A investigação do terrorismo jihadista em Portugal”. *Sociologia, Problemas e Práticas* (54), pp. 163-181.
- Sistema de Segurança Interna (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna 2017*. Obtido a 18 de Abril de 2018, de Governo português: <https://portugal.gov.pt>.